

Caixa e BB socorrem estados e municípios

- 9 NOV 1995 JORNAL DO BRASIL

■ Em outubro, os dois bancos emprestaram R\$ 250,7 milhões

BRASÍLIA — Com dificuldades para obter dinheiro nos bancos privados, as prefeituras e os governos estaduais estão apelando para o setor público: só o socorro dado pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo Banco do Brasil (BB) aos estados e municípios, em outubro, chegou a R\$ 250,7 milhões, ou 864% mais que os R\$ 26 milhões contratados pelos governos estaduais e municipais com os bancos no mês anterior. “A divulgação de que a Caixa estava fazendo operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) levou a este aumento”, explicou o chefe do Departamento da Dívida Pública do Banco Central (BC), Jairo da Cruz Ferreira.

Os mais beneficiados pela linha de crédito da Caixa foram Maranhão, Alagoas, Mato Grosso e Piauí. Apesar da afirmação de Jairo Ferreira de que a Caixa não estaria favorecendo os estados, os juros cobrados nos empréstimos aos governos estaduais estão abaixo da média do mercado.

Em sentido inverso, os bancos privados reduziram o volume dos

empréstimos concedidos aos estados e municípios. “Isto decorre de estarmos em um período de fechamento de balanço quando os bancos procuram reduzir as operações de risco”, disse Jairo Ferreira. Estas instituições, segundo tabela divulgada pelo BC, receberam autorização para repassar aos estados e municípios cerca de R\$ 85,9 milhões.

Em setembro, o valor autorizado a ser repassado pelos bancos aos governos estaduais e municipais sob a forma de ARO chegou a R\$ 249,7 milhões. Na contramão, os bancos estaduais (foco de preocupação da equipe econômica) continuaram a emprestar dinheiro aos estados e municípios. No total, o BC autorizou estas instituições a emprestarem cerca de R\$ 63,1 milhões a governadores e prefeitos, ou 70% mais que os R\$ 36,9 milhões autorizados durante setembro.

As autorizações para a realização das operações de ARO cresceram 27,8% e chegaram a R\$ 399,8 milhões, revelando ainda mais a

fragilidade das finanças dos estados e municípios. No ano, o total das autorizações já chegou aos R\$ 3,3 bilhões, mais do que o dobro do ano passado, quando, no mesmo período, as autorizações haviam chegado a apenas R\$ 1,4 bilhão.

□ O presidente Fernando Henrique Cardoso fez ontem um apelo para que o Senado não aprove a redução do pagamento da dívida dos estados, como prevê o projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). Para o presidente, a manutenção do pagamento da dívida nos níveis atuais é essencial para que o governo possa financiar programas sociais, entre outros investimentos. O projeto do senador Carlos Bezerra prevê a redução dos níveis de comprometimento da receita dos estados com a dívida acumulada com a União de 11% para 7%. Esta é uma reivindicação antiga dos governadores e que tem boa aceitação no Senado.